



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE CACHOEIRINHA EM 02.03.2016

Aos 02 dias do mês de março de 2016, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Cachoeirinha a Excelentíssima Senhora **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Guy de Bruchard, do Assessor Técnico Operacional, Jeferson Andrade e da Assistente Adriana Stangler, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0008194-31.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Coordenador Moisés Bandeira D Elly, Assistente Ederson Descovi Farias e oficial de justiça Felipe Costa Folador, lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelo Gestor da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da última correição realizada: 12.03.2015

Data de Implantação do PJe: 23.05.2014

Jurisdição: Cachoeirinha

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 02.03.2016

2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
Luís Ulysses do Amaral de Pauli*	1ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha

* O Juiz encontra-se em período de férias desde 10.02 até 10.03.2016.

2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Cachoeirinha gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos artigos 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.



2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Moisés Bandeira D Elly	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Coordenador (CJ1)	31.10.2005
2	Ederson Descovi Farias	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	19.08.2011
3	Fabiano Vasconcelos Bezerra	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	27.05.2010

Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Felipe Barbosa Ferreira Gomes	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	28.07.2014
2	Felipe Costa Folador	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	25.05.2009
3	Marcelo Rodrigues Ortiz	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	11.06.2012
4	Zaira Maria Soares Pereira	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	27.10.2005

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.02.2016)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de



servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
1	Ederson Descovi Farias	-	-	-
2	Fabiano Vasconcelos Bezerra (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	-	-	-
3	Moisés Bandeira D Elly	Curso ou Evento (CURS)	3	3

Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
1	Felipe Barbosa Ferreira Gomes	Curso ou Evento (CURS)	2	2
2	Felipe Costa Folador	-	-	-
3	Marcelo Rodrigues Ortiz	-	-	-
4	Zaira Maria Soares Pereira	Curso ou Evento (CURS)	2	2

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.02.2016)

2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Registra-se o **movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015**. Na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e Central de Mandados de Cachoeirinha houve limitação de horário de expediente interno e externo, determinação de que as atividades fossem realizadas na medida do possível, e não necessariamente no mesmo dia em que praticado o ato, e de que a Central de Mandados cumprisse todos os mandados relacionados a medidas urgentes, além dos relacionados a medidas cautelares e assecuratórias de direitos com risco de perecimento pela demora, **no período de 09 de junho a 1º de outubro de 2015**, totalizando 3 meses e 23 dias de adesão à greve pelos servidores, conforme as Portarias nºs 01/2015, de 09.06.2015, e 02/2015, de 30.07.2015, expedidas pela Juíza Diretora do Foro Simone Maria Nunes Kunrath e pelo Juiz Substituto Eliseu Cardozo Barcellos, no exercício da Direção do Foro Trabalhista, respectivamente; o Ofício SOPS nº 91/2015, de 1º.10.2015, do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal do RS; e a Portaria Conjunta da Presidência e Corregedoria deste Tribunal nº 6.038, de 19.10.2015.



2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Marisa Roxo	19.06.2007	31.01.2016	8 anos, 7 meses e 13 dias	Aposentadoria

Servidores Lotados na Central de Mandados					
	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
-	-	-	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.02.2016)

2.2.6 Estagiários

A Unidade Judiciária não conta com estagiário de Direito, conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.02.2016.

2.3 CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DURANTE O PERÍODO CORRECCIONADO

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
	Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
1	Ederson Descovi Farias	-	-	20	20
2	Fabiano Vasconcelos Bezerra (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	-	-	72	72
3	Moisés Bandeira D Elly*	-	-	36	36

Servidores Lotados na Central de Mandados					
	Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
1	Felipe Barbosa Ferreira Gomes	-	-	12	12
2	Felipe Costa Folador	-	-	143	143
3	Marcelo Rodrigues Ortiz	-	-	58,5	58,5
4	Zaira Maria Soares Pereira	-	-	12	12

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.02.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária).

* Gestor da Unidade Judiciária.



3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
2014	555	R\$ 3.069,31	R\$ 0,00
Média mensal - 2014	46,25	R\$ 255,78	R\$ 0,00
2015	550	R\$ 3.045,97	R\$ 0,00
Média mensal - 2015	45,83	R\$ 253,83	R\$ 0,00
Variação 2014-2015	-0,90%	-0,76%	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 10.02.2016)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 45,83 certidões negativas por mês em 2015, média 0,90% inferior à verificada no ano anterior.

3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

3.2.1 Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Reclamadas	5.912 – 26,57%	16.336 – 73,43%	22.248
Processos com reclamadas	27.838 (totalmente) – 52,99%	19.418 – 36,96%	52.539
	5.283 (parcialmente) – 10,06%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 10.02.2016, 17h06min)

O artigo 41, §4º, da CPRC dispõe que os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região.

De acordo com os dados do sistema informatizado inFOR consultados no dia 10.02.2016, apenas 26,57% das reclamadas dos processos físicos do Foro de Cachoeirinha encontravam-se com cadastro unificado. Portanto, restam pendentes de Unificação 16.336 cadastros de reclamadas não unificados. Dessa forma, houve aumento de 144 cadastros de reclamadas não unificados na comparação com os dados de 2014, apurados na inspeção correcional passada.

Os processos cujo cadastro de reclamadas se encontrava totalmente unificado alcançou 52,99% dos processos que tramitam no Foro. Nesse particular também não se registrou evolução em relação aos dados de 2014,



quando os cadastros de reclamadas totalmente unificados vinculados a processos alcançou 53,04%.

Diante da apresentação dos dados, o Coordenador alega falta de servidor para executar a tarefa de unificação das reclamadas. Saliencia que houve um aumento de reclamações verbais para reduzir a termo, chegando a haver cerca de 10 em um único mês, tarefa que demanda muito tempo.

Esclareceu que apenas procede à unificação das reclamadas quando tem certeza do endereço e da razão social, fato já referido na correção realizada em 12.03.2015 e que não justifica, diante dos vários convênios atualmente existentes possíveis de serem consultados pela Unidade para auxiliar.

Considerando que houve, pela terceira correção consecutiva, aumento do número de reclamadas não unificado, determina-se que a Unidade Judiciária adote uma rotina de trabalho que permita a obtenção de resultado efetivo no decorrer deste ano. Sugere-se que seja reservado um turno por semana para que seja realizada a tarefa, sem prejuízo das demais atividades. Além disso, conforme já constou das recomendações da correção realizada em 08.04.2014, para obtenção dos dados cadastrais podem ser utilizados os convênios disponibilizados por esta Corregedoria, assim como consultado o site da Receita Federal e da Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Em face da não observância das determinações feitas nas últimas correções, informo que **haverá acompanhamento trimestral, pela Assessoria Jurídica da Corregedoria, para verificar a evolução dos dados.**

3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
		Unificados	Não unificados	Total
Endereços Dos Advogados		11.768 – 68,95%	5.300 – 31,05	17.068
Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	20.053 (totalmente) – 38,17%	32.392 – 61,65%	52.540
		95 (parcialmente) – 0,18%		
	Reclamada	20.960 (totalmente) – 39,89%	28.150 – 53,58%	
		3.430 (parcialmente) – 6,53%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 10.02.2016, 17h26min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 68,95% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Cachoeirinha encontravam-se unificados, restando 5.300 endereços de advogados não unificados. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados de reclamantes vinculados encontravam-se totalmente unificados em apenas 38,17% dos processos, enquanto os processos com endereços de advogados de reclamadas totalmente unificados alcançaram 39,89%.

Saliencia-se que, na comparação com a Inspeção Correccional do ano de 2015, houve ligeira evolução no percentual de unificações de endereços de



advogados, quando constatado que 68,46% dos endereços de advogados possuíam cadastro unificado em 02.03.2015; por sua vez, o número de endereços de advogados não unificados era de 5.321.

3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS			
	Unificados	Não unificados	Total
Órgãos	906 – 92,17%	77 – 7,83%	983
Processos com Órgãos	13.115 – 99,31%	91 – 0,69%	13.206

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 10.02.2016, 17h34min)

De acordo com o sistema informatizado, 92,17% do cadastro de órgãos públicos se encontrava unificado, restando apenas 77 cadastros pendentes de unificação. Em relação aos processos com Órgãos unificados vinculados, 99,31% deles se encontravam unificados. Na comparação com os dados obtidos na Inspeção Correcional do ano de 2015, verifica-se que não houve a unificação de nenhum órgão no período entre as duas.

3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)
Ação Cautelar	5	0	-100,00%	0
Ação Civil Coletiva	1	0	-100,00%	0
Ação Civil Pública	1	0	-100,00%	0
Ação de consignação	14	0	-100,00%	0
Ação de cumprimento	1	0	-100,00%	0
Ação de indenização	11	0	-100,00%	0
Ação declaratória	1	0	-100,00%	0
Carta de Ordem	5	0	-100,00%	0
Carta de sentença	6	0	-100,00%	0
Carta precatória	263	0	-100,00%	0
Embargos de terceiro	41	34	-17,07%	1
Mandado de segurança	1	0	-100,00%	0
Outros	1	0	-100,00%	0
Reclamatória-ordinário	901	0	-100,00%	0
Reclamatória-sumaríssimo	86	0	-100,00%	0



TEE ajuste de conduta MPT	1	0	-100,00%	0
TEE multa DRT	1	0	-100,00%	0
TOTAL	1.340	34	-97,46%	1
MÉDIA POR MÊS	111,67	2,83	-97,46%	1,00

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 10.02.2016)

No ano de 2015 foram distribuídas 34 novas ações em **processos físicos** no Foro de Cachoeirinha, registrando-se uma média mensal de 2,83 distribuições. Esse número foi inferior em 97,46% às ações distribuídas em 2014. Essa redução é justificada pela implantação do sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) no Foro Trabalhista de Cachoeirinha a partir de 23.05.2014, consoante disciplinado pela Portaria Conjunta nº 2.417/2014, de 06 de maio de 2014.

A seu turno, no primeiro mês do ano de 2016, foi distribuída uma (1) nova ação em processo físico na unidade judiciária.

3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Petições e documentos protocolados			
	Total	Dias úteis	Média/dia
2014	24.706	225	109,8
2015	12.124	223	54,37
Variação 2014-2015	-50,93%	-0,89%	-50,49%
2016 (até mês)	514	7	73,43

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 10.02.2016)

No ano de 2015 foram protocolizadas 12.124 petições vinculadas a processos físicos no Foro, correspondendo a uma média de 54,37 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, constata-se uma queda de 50,49% na média de petições e documentos protocolizados. Isso porque, assim como no cadastro de processos físicos, o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista de Cachoeirinha.

3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCR incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Cachoeirinha fica



em sala contígua à Coordenadoria de Distribuição dos Feitos, no segundo andar do prédio.

Por ocasião da inspeção correcional constatou-se que os processos arquivados são encaminhados em guias/lotes pelas Varas do Trabalho, com o número de ordem e o ano de arquivamento. O arquivo encontrava-se organizado.

3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

Processos em carga com prazo excedido			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0248300-23.2005.5.04.0252	16.06.2015	26.06.2015	229
0108200-36.1996.5.04.0251	26.10.2015	05.11.2015	97
0001341-31.2012.5.04.0252	26.10.2015	05.11.2015	97
0001194-42.2011.5.04.0251	26.10.2015	05.11.2015	97
0000517-12.2011.5.04.0251	26.10.2015	05.11.2015	97
0036200-23.2005.5.04.0251	26.10.2015	05.11.2015	97
0007800-54.2009.5.04.0252	03.12.2015	14.12.2015	58

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 10.02.2016)

A partir da análise do livro carga de processos arquivados constatou-se a existência de 07 processos em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes ou sem o devido registro da devolução no sistema informatizado.

O Coordenador informou que houve várias cobranças por telefone e internet para devolução dos autos, estando certificado no próprio livro carga, que se encontra em Secretaria. Em face do procedimento adotado, as cobranças não ficam registradas no sistema.

No momento da correição foi retirada uma relação atualizada, na qual foi apresentada uma lista de 3 processos arquivados com carga com prazo vencido.

O Coordenador foi orientado a expedir mandado de busca e apreensão para cobrança do processo 0248300-23.2005.4.0252 e **continuar fazendo a cobrança dos autos por notificação quando exceder o prazo de 10 dias, formando autos suplementares, a fim de que as cobranças sejam registradas no sistema.**



4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCR, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Atualmente, a jurisdição do Foro Trabalhista de Cachoeirinha está dividida em 04 setores, a seguir:

Setor 01 – Servidor Felipe Barbosa Ferreira Gomes;

Setor 02 – Servidor Felipe Costa Folador;

Setor 03 – Servidor Zaira Maria Soares Pereira;

Setor 04 – Servidor Marcelo Rodrigues Ortiz.

Em cumprimento ao disposto no art. 123 da CPCR, o Coordenador da Central de Mandados informou que o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é realizado a cada 02 meses.

4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato do Coordenador da Central de Mandados, a distribuição dos mandados é feita uma vez por semana, às quartas-feiras ou no dia útil subsequente. Os mandados urgentes são distribuídos para o Oficial de Justiça que estiver de plantão. O rodízio do plantão é realizado semanalmente.

O recebimento das certidões e dos autos lavrados pelos Oficiais de Justiça avaliadores é feito pelo Coordenador da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCR. Após, a devolução dos mandados é feita no mesmo dia do seu cumprimento ou, no máximo, no dia subsequente.

4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos Físicos		
	Total	Média mensal
2014	1.485	123,75
2015	506	42,17



Variação 2014-2015	-65,93%	-65,93%
2016 (até janeiro)	30	30,00

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 10.02.2016)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
2014	921	76,75
2015	2.797	233,08
Variação 2014-2015	203,69%	203,69%
2016 (até janeiro)	179	179,00

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 10.02.2016)

Em 2015, a Central de Mandados de Cachoeirinha recebeu 3.303 mandados, sendo 506 de processos físicos e 2.797 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 275,25 mandados recebidos, média geral 37,28% maior do que a média verificada em 2014. Por sua vez, no primeiro mês de 2016 foram recebidos 209 mandados, dos quais 30 de processos físicos e 179 de processos eletrônicos. A média geral de mandados recebidos no mês alcançou 179, 24,07% inferior à média de 2015.

Em face da implantação do PJe-JT no Foro, verificou-se redução de 65,93% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos em 2015, ao passo que a média de mandados de processos eletrônicos subiu 203,69% no mesmo período.

4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até jan.)
Busca e Apreensão	6	1	-83,33%	0
Citação	217	125	-42,40%	4
Condução de Testemunha	13	6	-53,85%	0
Notificação	682	129	-81,09%	4
Penhora	529	214	-59,55%	7
Outros	62	30	-51,61%	0



Total	1.509	505	-66,53%	15
--------------	--------------	------------	----------------	-----------

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 10.02.2016)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até jan.)
Intimação	0	0	-	0
Notificação	633	1.979	212,64%	172
Mandado	270	642	137,78%	70
Ofícios	2	26	1.200,00%	1
Total	905	2.647	192,49%	243

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 10.02.2016)

Foram cumpridos 3.152 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, dos quais 505 oriundos de processos físicos e 2.647 de processos eletrônicos. Dessa forma, houve elevação de 738 mandados cumpridos em 2015 na comparação com 2014, correspondendo a uma elevação 30,57%.

A penhora foi a espécie mais frequente de diligência em 2015 (214), seguida pela notificação (129), situação que se repetiu no primeiro mês de 2016. Por outro lado, nos processos eletrônicos, tanto em 2015 como em 2016, as notificações foram as mais frequentes, seguidas pelos mandados de execução.

4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até jan.)
Busca e Apreensão	14,67	7,00	-52,27%	-
Citação	11,49	11,06	-3,76%	9,75
Condução de Testemunha	15,38	11,00	-28,50%	-
Notificação	8,79	8,57	-2,43%	18,00
Penhora	16,24	22,64	39,43%	43,29
Outros	6,89	7,43	7,93%	-
Prazo Médio Geral	11,79	15,11	28,13%	27,60

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 10.02.2016)



Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até jan.)
Intimação	-	-	-	-
Notificação	10,72	14,44	34,77%	28,93
Mandado	20,05	21,96	9,53%	36,74
Ofício	11,50	13,23	15,05%	39,00
Prazo Médio Geral	13,50	16,26	20,37%	31,22

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 10.02.2016)

Na análise dos dados, constata-se que o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pela Central de Mandados de Cachoeirinha subiu 28,13% em 2015, na comparação com o ano anterior. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado em 2015, constata-se que a penhora, diligência mais comum no período, registrou aumento médio de 16,24 para 22,64 dias, correspondendo a uma elevação de 39,43%. Os mandados classificados como “outros” também registraram aumento médio de 7,93%. Todas as demais espécies de mandados registraram queda de prazo.

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores alcançou 16,26 dias em 2015, lapso 20,37% maior que em 2014. Dentre esses, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados” (21,96 dias), ao passo que os ofícios são as diligências com menor prazo médio de cumprimento (13,23 dias). Por sua vez, as informações colhidas no primeiro mês de 2016, apontam aumento do tempo médio para cumprimento dos mandados para 31,22 dias, lapso 92,08% superior ao verificado em 2015. Registro que, entretanto, em janeiro de 2016 houve férias de três oficiais de justiça, nos seguintes períodos: Zaira M. S. Pereira, nos dias 13 a 29; Marcelo R. Ortiz, nos dias 07 a 16; e Felipe C. Folador, nos dias 18 a 27.

4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS						
	2014		2015		2016 (até janeiro)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	4	66,67%	0	0,00%	0	-
Citação	96	44,24%	57	45,60%	1	25,00%



Condução de Testemunha	11	84,62%	5	83,33%	0	-
Notificação	235	34,46%	42	32,56%	2	50,00%
Penhora	323	61,06%	155	72,43%	6	85,71%
Outros	18	29,03%	8	26,67%	0	-
Total Geral	687	45,53%	267	52,87%	9	60,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 10.02.2016)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	2014		2015		2016 (até janeiro)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Intimação	0	-	0	-	0	-
Notificação	296	46,76%	1.152	58,21%	129	75,00%
Mandado	210	77,78%	506	78,82%	60	85,71%
Ofício	1	50,00%	13	50,00%	1	100,00%
Total	507	56,02%	1.671	63,13%	190	78,19%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 10.02.2016)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o *caput* do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, constatou-se que foi significativo o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal.

Em relação aos processos físicos, constatou-se a devolução de 267 mandados após o decurso do prazo legal em 2015, valor correspondente a 52,87% de todos os mandados cumpridos, havendo aumento em relação ao percentual de mandados devolvidos com atraso em 2014, o qual alcançava 45,53% do total de mandados cumpridos. Excetuando-se as conduções de testemunha, que representavam números ínfimos, a penhora foi a espécie de mandado com maior percentual de devolução após o prazo legal em 2014 (72,43%), seguida pelas citações (45,60%).

Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos, constatou-se que 1.671 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, o equivalente a 63,13% de todos os mandados cumpridos no período. Dentre essas diligências, aquelas classificadas como “mandados” apresentam maior índice de devolução com atraso (78,82%). No primeiro mês de 2016, por sua vez, verifica-se elevação do percentual de mandados de processos judiciais eletrônicos cumpridos intempestivamente. Vale recordar, contudo, que três servidores usufruíram férias no mês de janeiro



(Zaira, nos dias 13 a 29; Marcelo, nos dias 07 a 16; e Felipe Folador, nos dias 18 a 27).

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos pela central de mandados de Cachoeirinha:

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos físicos)					
Processo	Nº do mandado	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0001075-47.2012.5.04.0251	251-00008/15	Citação	14.01.2015	06.03.2015	51
0000736-88.2012.5.04.0251	251-00009/15	Citação	21.01.2015	12.03.2015	50
0000647-65.2012.5.04.0251	251-00246/15	Citação	30.09.2015	17.11.2015	45
0109000-12.2006.5.04.0252	252-00682/14	Notificação	07.01.2015	06.03.2015	58
0001540-19.2013.5.04.0252	252-00174/15	Notificação	28.10.2015	07.12.2015	40
0000504-73.2012.5.04.0252	252-00142/15	Penhora	27.05.2015	27.10.2015	153
0001486-53.2013.5.04.0252	252-00153/15	Penhora	25.06.2015	10.11.2015	138
0000433-06.2014.5.04.0251	251-00212/15	Penhora	22.07.2015	10.11.2015	111

4.3.5 Mandados pendentes de devolução no sistema informatizado

Mediante consulta ao sistema informatizado inFOR, foi constatada a existência de 20 mandados pendentes de devolução nos processos físicos. Em todos esses já havia sido ultrapassado o limite legal para sua devolução. O mais antigo foi distribuído em 09.12.2015 (63 dias de atraso).

Mandados em aberto no sistema informatizado PROCESSOS FÍSICOS					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Nº Carga OJ	Tipo Mandado	Dias pendentes
001	0000629-70.2014.5.04.0252	09/12/15	252-00212/15	PENHORA	63
002	0001036-81.2011.5.04.0252	20/01/16	252-00003/16	PENHORA	21
003	0001242-27.2013.5.04.0252	20/01/16	252-00004/16	PENHORA	21
004	0000268-87.2013.5.04.0252	20/01/16	252-00006/16	PENHORA	21
005	0001297-12.2012.5.04.0252	20/01/16	252-00007/16	NOTIFICAÇÃO	21
006	0000843-95.2013.5.04.0252	20/01/16	252-00227/15	NOTIFICAÇÃO	21
007	0000024-93.2015.5.04.0251	27/01/16	251-00004/16	NOTIFICAÇÃO	14



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

008	0000025-78.2015.5.04.0251	27/01/16	251-00005/16	NOTIFICAÇÃO	14
009	0000026-63.2015.5.04.0251	27/01/16	251-00006/16	NOTIFICAÇÃO	14
010	0001398-18.2013.5.04.0251	27/01/16	251-00009/16	PENHORA	14
011	0080900-16.2007.5.04.0251	27/01/16	251-00011/16	CITAÇÃO	14
012	0000318-82.2014.5.04.0251	27/01/16	251-00019/16	PENHORA	14
013	0000090-41.2013.5.04.0252	27/01/16	252-00009/16	PENHORA	14
014	0001177-06.2011.5.04.0251	28/01/16	251-00001/16	CITAÇÃO	13
015	0114600-46.2008.5.04.0251	28/01/16	251-00007/16	CITAÇÃO	13
016	0000142-06.2014.5.04.0251	28/01/16	251-00008/16	CITAÇÃO	13
017	0000666-37.2013.5.04.0251	28/01/16	251-00012/16	CITAÇÃO	13
018	0000093-62.2014.5.04.0251	28/01/16	251-00016/16	PENHORA	13
019	0000851-12.2012.5.04.0251	28/01/16	251-00021/16	CITAÇÃO	13
020	0000441-17.2013.5.04.0251	28/01/16	251-00024/16	CITAÇÃO	13

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 10.02.2016)

Por sua vez, o sistema PJe-JT, no dia 10/02/2016, apresentava 93 mandados de penhora sem registro de cumprimento, sendo o mais antigo expedido em 20/10/2015 (113 dias).

Mandados em aberto no sistema PROCESSOS ELETRÔNICO – PJe-JT					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias pendentes
001	0021450-64.2015.5.04.0251	20/10/2015	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	113
002	0021491-31.2015.5.04.0251	28/10/2015	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	105
003	0021560-60.2015.5.04.0252	01/12/2015	Mandado	MARCELO RODRIGUES ORTIZ	71
004	0021492-13.2015.5.04.0252	03/12/2015	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	69
005	0021025-37.2015.5.04.0251	10/12/2015	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	62
006	0020532-60.2015.5.04.0251	10/12/2015	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	62
007	0020718-83.2015.5.04.0251	10/12/2015	Ofício	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	62
008	0020263-28.2015.5.04.0281	11/12/2015	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	61
009	0020603-58.2015.5.04.0026	11/12/2015	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	61
010	0021713-93.2015.5.04.0252	11/12/2015	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	61
011	0020588-30.2014.5.04.0251	11/12/2015	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	61
012	0020161-65.2014.5.04.0014	12/12/2015	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	60
013	0021720-85.2015.5.04.0252	14/12/2015	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	58
014	0021747-71.2015.5.04.0251	14/12/2015	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	58
015	0021749-41.2015.5.04.0251	14/12/2015	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	58
016	0021690-53.2015.5.04.0251	14/12/2015	Mandado	FELIPE COSTA FOLADOR	58
017	0021471-36.2015.5.04.0026	14/12/2015	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	58
018	0021681-91.2015.5.04.0251	14/12/2015	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	58
019	0021746-86.2015.5.04.0251	14/12/2015	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	58



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

020	0021755-48.2015.5.04.0251	14/12/2015	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	58
021	0021735-54.2015.5.04.0252	15/12/2015	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	57
022	0021619-51.2015.5.04.0251	15/12/2015	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	57
023	0022081-89.2015.5.04.0030	15/12/2015	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	57
024	0021211-60.2015.5.04.0251	16/12/2015	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	56
025	0021712-14.2015.5.04.0251	16/12/2015	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	56
026	0021721-73.2015.5.04.0251	17/12/2015	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	55
027	0021781-46.2015.5.04.0251	17/12/2015	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	55
028	0021496-49.2015.5.04.0026	18/12/2015	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	54
029	0020862-38.2014.5.04.0204	18/12/2015	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	54
030	0021518-14.2015.5.04.0251	21/12/2015	Ofício	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	51
031	0020044-08.2015.5.04.0251	07/01/2016	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	34
032	0020087-09.2014.5.04.0241	08/01/2016	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	33
033	0021383-67.2015.5.04.0003	08/01/2016	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	33
034	0021629-95.2015.5.04.0251	11/01/2016	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	30
035	0020056-59.2015.5.04.0271	12/01/2016	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	29
036	0021758-97.2015.5.04.0252	12/01/2016	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	29
037	0021769-29.2015.5.04.0252	12/01/2016	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	29
038	0021788-35.2015.5.04.0252	12/01/2016	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	29
039	0021793-57.2015.5.04.0252	12/01/2016	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	29
040	0021691-75.2015.5.04.0271	12/01/2016	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	29
041	0020513-83.2015.5.04.0403	13/01/2016	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	28
042	0020001-68.2015.5.04.0252	13/01/2016	Mandado	MARCELO RODRIGUES ORTIZ	28
043	0021780-61.2015.5.04.0251	13/01/2016	Mandado	MARCELO RODRIGUES ORTIZ	28
044	0020522-47.2014.5.04.0252	13/01/2016	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	28
045	0020108-05.2014.5.04.0008	14/01/2016	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	27
046	0020000-49.2016.5.04.0252	14/01/2016	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	27
047	0020543-49.2015.5.04.0523	14/01/2016	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	27
048	0021404-75.2015.5.04.0251	14/01/2016	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	27
049	0020324-13.2014.5.04.0251	15/01/2016	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	26
050	0020644-63.2014.5.04.0251	15/01/2016	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	26
051	0020531-72.2015.5.04.0252	15/01/2016	Ofício	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	26
052	0020572-42.2015.5.04.0251	15/01/2016	Ofício	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	26
053	0020039-49.2016.5.04.0251	18/01/2016	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	23
054	0021380-64.2015.5.04.0019	18/01/2016	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	23
055	0020484-38.2014.5.04.0251	19/01/2016	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	22
056	0020739-93.2014.5.04.0251	20/01/2016	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	21
057	0020636-49.2015.5.04.0252	20/01/2016	Mandado	MARCELO RODRIGUES ORTIZ	21
058	0020028-17.2016.5.04.0252	20/01/2016	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	21
059	0020035-09.2016.5.04.0252	21/01/2016	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	20
060	0020225-09.2015.5.04.0251	22/01/2016	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	19
061	0020280-17.2015.5.04.0232	22/01/2016	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	19
062	0020780-60.2014.5.04.0251	22/01/2016	Notificação	FELIPE COSTA FOLADOR	19



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

063	0020162-14.2015.5.04.0241	22/01/2016	Notificação	ZAIRA MARIA SOARES PEREIRA	19
064	0021664-52.2015.5.04.0252	25/01/2016	Notificação	FELIPE COSTA FOLADOR	16
065	0020354-44.2015.5.04.0241	25/01/2016	Notificação	ZAIRA MARIA SOARES PEREIRA	16
066	0020530-25.2015.5.04.0014	25/01/2016	Notificação	ZAIRA MARIA SOARES PEREIRA	16
067	0020076-86.2013.5.04.0023	26/01/2016	Mandado	FELIPE COSTA FOLADOR	15
068	0020018-45.2016.5.04.0131	26/01/2016	Notificação	ZAIRA MARIA SOARES PEREIRA	15
069	0020064-63.2014.5.04.0241	26/01/2016	Notificação	ZAIRA MARIA SOARES PEREIRA	15
070	0020591-15.2014.5.04.0241	26/01/2016	Notificação	ZAIRA MARIA SOARES PEREIRA	15
071	0020636-19.2014.5.04.0241	26/01/2016	Notificação	ZAIRA MARIA SOARES PEREIRA	15
072	0021303-38.2015.5.04.0251	27/01/2016	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	14
073	0020077-61.2016.5.04.0251	27/01/2016	Mandado	MARCELO RODRIGUES ORTIZ	14
074	0020031-69.2016.5.04.0252	27/01/2016	Mandado	ZAIRA MARIA SOARES PEREIRA	14
075	0021663-70.2015.5.04.0251	27/01/2016	Mandado	ZAIRA MARIA SOARES PEREIRA	14
076	0021588-28.2015.5.04.0252	27/01/2016	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	14
077	0021594-35.2015.5.04.0252	27/01/2016	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	14
078	0021611-74.2015.5.04.0251	27/01/2016	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	14
079	0020053-33.2016.5.04.0251	27/01/2016	Notificação	FELIPE COSTA FOLADOR	14
080	0020522-64.2014.5.04.0020	27/01/2016	Notificação	FELIPE COSTA FOLADOR	14
081	0021436-37.2015.5.04.0233	27/01/2016	Notificação	MARCELO RODRIGUES ORTIZ	14
082	0020063-77.2016.5.04.0251	28/01/2016	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	13
083	0020728-30.2015.5.04.0251	28/01/2016	Mandado	FELIPE COSTA FOLADOR	13
084	0020535-46.2014.5.04.0252	28/01/2016	Mandado	MARCELO RODRIGUES ORTIZ	13
085	0020115-07.2015.5.04.0252	28/01/2016	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	13
086	0022005-63.2014.5.04.0333	28/01/2016	Notificação	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	13
087	0020330-83.2015.5.04.0251	28/01/2016	Notificação	FELIPE COSTA FOLADOR	13
088	0020491-71.2014.5.04.0205	28/01/2016	Notificação	FELIPE COSTA FOLADOR	13
089	0021521-66.2015.5.04.0251	28/01/2016	Notificação	FELIPE COSTA FOLADOR	13
090	0021650-61.2014.5.04.0201	28/01/2016	Notificação	FELIPE COSTA FOLADOR	13
091	0020055-97.2016.5.04.0252	29/01/2016	Mandado	FELIPE BARBOSA FERREIRA GOMES	12
092	0020112-21.2016.5.04.0251	29/01/2016	Mandado	MARCELO RODRIGUES ORTIZ	12
093	0021480-02.2015.5.04.0251	29/01/2016	Notificação	FELIPE COSTA FOLADOR	12

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 10.02.2016)

4.3.6 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Cachoeirinha.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Zaira Maria Soares Pereira						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até jan.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00	00	00
Citação	46	50	36	35	00	01
Condução de Testemunha	01	01	00	00	00	00
Notificação	149	158	26	25	00	01
Penhora	130	133	50	49	00	00
Outros	12	12	09	09	00	00
Total	338	354	121	118	00	02

PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até jan.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	141	141	510	478	12	35
Mandado	71	71	211	179	03	32
Ofício	01	01	05	05	00	00
Total	213	213	726	662	15	67

Felipe Costa Folador						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até jan.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	02	02	01	01	00	00
Citação	45	47	27	27	06	00
Condução de Testemunha	03	03	02	02	00	00
Notificação	169	174	31	32	00	01



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até jan.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Penhora	171	169	52	54	01	01
Outros	14	14	10	10	00	00
Total	404	409	123	126	07	02
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até jan.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	159	155	652	597	23	64
Mandado	63	62	183	161	06	15
Ofício	00	00	05	06	00	00
Total	222	217	840	764	29	79

Marcelo Rodrigues Ortiz						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até jan.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	03	03	00	00	00	00
Citação	61	59	26	28	05	03
Condução de Testemunha	03	03	03	03	00	00
Notificação	168	168	33	33	02	01
Penhora	132	133	55	53	04	04
Outros	17	17	07	07	00	00
Total	384	383	124	124	11	08
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até jan.)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	171	168	449	465	40	32
Mandado	77	70	153	161	24	15



Ofício	00	00	08	08	00	00
Total	248	238	610	634	64	47

Felipe Barbosa Ferreira Gomes						
INFOR						
Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até jan.)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	00	00	00	00
Citação	12	12	35	35	03	00
Condução de Testemunha	02	02	01	01	00	00
Notificação	18	18	38	38	06	01
Penhora	30	30	59	58	03	02
Outros	09	09	04	04	00	00
Total	71	71	137	136	12	03
PJe-JT						
Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até jan.)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	128	128	429	413	51	40
Mandado	51	51	141	128	18	05
Ofício	00	00	09	06	02	01
Total	179	179	579	547	71	46

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de Mandados encontram-se vinculadas a Foro Trabalhista de porte médio.

A unidade encontra-se organizada e a forma de funcionamento integrada entre a CCDF e a CM. As instalações são amplas e adequadas.

O Coordenador elencou as atividades desenvolvidas na Unidade: triagem das iniciais - verificando se há dependência, casos em que elabora minuta de despacho a ser apreciada pelo Juiz Diretor do Foro – elaboração de reclamações a termo (em média de 10/mês), protocolo e autuação de embargos de terceiros, expedição de certidões negativas, digitalização de



guias de pagamento e ofícios entregues em papel pelas partes e terceiros, por fim, algumas vezes também juntam contestações do PJe por vários motivos, como por exemplo, ausência de cadastro por parte dos advogados até o dia da audiência inicial. Informou que as audiências iniciais da 1ª Vara são designadas automaticamente e as da 2ª Vara são designadas pela Secretaria.

Na sequência, questionado acerca da cobrança dos mandados dos oficiais de justiça que se encontram com prazo vencido, alegou que não possui meios para acompanhar os mandados em aberto. Com o intuito de auxiliar nessa questão, será enviada à unidade, via e-mail, por esta Corregedoria, orientação de como efetuar pesquisa de mandados pendentes com os oficiais de justiça, no PJe.

Por diversas vezes, o Coordenador referiu que a dificuldade de executar o trabalho a contento é pela falta de um servidor, pois a lotação são 3 servidores e atualmente existem apenas 2. Salienta-se que a servidora Marisa Roxo se aposentou em 31.01.2016.

Não se confirmou a média de reclamações verbais referida pelo Coordenador. O sistema informatizado deste Tribunal apurou que no ano de 2015 foram reduzidas a termo 33 reclamações, 04 pelo Servidor Moises e 29 pelo Servidor Ederson, o que resulta numa média mensal 2,75 reclamações verbais.

No que tange às tarefas de unificação dos dados cadastrais de reclamadas e advogados, apesar de razoável a justificativa da falta de um servidor, é necessário maior empenho para a melhoria do cadastro.

Em relação ao cumprimento dos mandados é necessária a cobrança pontual dos prazos vencidos, ou que exista certidão nos autos que justifique a dificuldade de cumprir o prazo, uma vez que a lotação da Central está completa e a área de atuação restringe-se a Cachoeirinha.

6 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 3.2.1 e 3.2.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS DE RECLAMADAS E ADVOGADOS

Determina-se a observância do artigo 41, §§ 3º e 4º, da CPCR, no sentido de intensificar o procedimento de unificação dos dados cadastrais de reclamadas e advogados.

ITEM 3.6 (Livro carga de advogados)

Recomenda-se que se mantenha a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPCR, certificando o ato em autos suplementares. Determina-se a expedição de mandado de busca e apreensão para cobrança do processo nº 0248300-23.2005.5.04.0252.

ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso)

Determina-se ao coordenador e aos oficiais de justiça que envidem esforços na redução do lapso de devolução dos mandados, especialmente em



relação aos mandados de penhora, cujo percentual de devolução do prazo vem crescendo na unidade judiciária.

ITEM 4.3.5. (Mandados pendentes de devolução no sistema informatizado)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

7 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Coordenador e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro, contudo, ninguém compareceu.

8 PRAZO PARA RESPOSTA

O Coordenador deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

9 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Coordenador Moisés Bandeira D Elly e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy de Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Maria da Graça Ribeiro Centeno
Corregedora Regional**